



NÚMERO 25 - JULHO-DEZEMBRO/2017

Distribuição gratuita



São Paulo de todas as nações

Câmara propõe rede de acolhimento e acesso ao SUS para melhorar a vida de imigrantes e refugiados na capital



Combate à corrupção

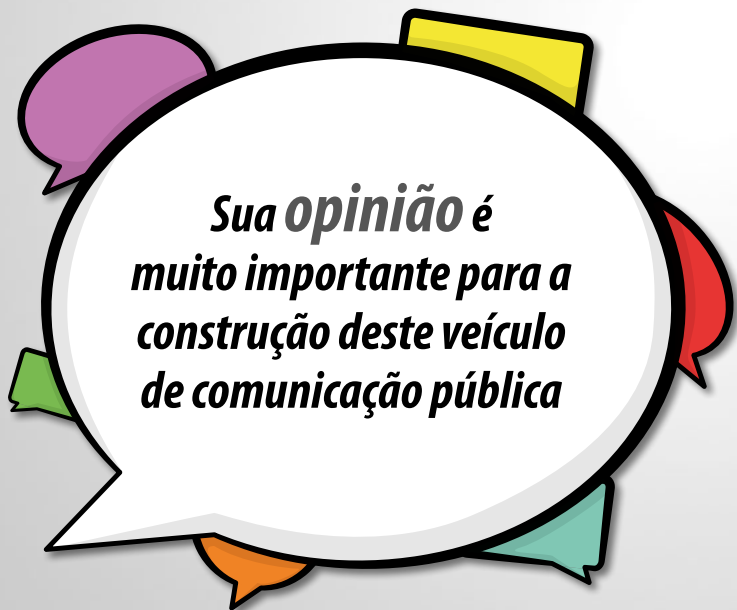
Como a tecnologia pode aprimorar o controle do gasto público

Tereza Lajolo

A professora que revelou os segredos da ditadura

Dra. Poluição

Segundo especialista, ar contaminado mata mais do que acidentes de trânsito



Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApertes](https://twitter.com/RevistaApertes)

Curta:
[/RevistaApertes](https://www.facebook.com/RevistaApertes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br/apartes

apartes

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Mesa Diretora

Presidente: Milton Leite (Democratas)
1º Vice-Presidente: Eduardo Tuma (PSDB)
2º Vice-Presidente: Edir Sales (PSD)
1º Secretário: Arselino Tatto (PT)
2º Secretário: Celso Jatene (PR)
1º Suplente: Gilberto Nascimento (PSC)
2º Suplente: Ota (PSB)
Corregedor: Souza Santos (PRB)

Veredores da 17ª Legislatura (2017-2020)

Adilson Amadeu (PTB), Adriana Ramalho (PSDB), Alessandro Guedes (PT), Alfreidinho (PT), Aline Cardoso (PSDB) - licenciada, André Santos (PRB), Antonio Donato (PT), Arselino Tatto (PT), Atílio Francisco (PRB), Aurélio Nomura (PSDB), Caio Miranda Carneiro (PSB) - suplente, Camilo Cristóforo (PSB), Celso Jatene (PR), Claudinho de Souza (PSDB), Claudio Fonseca (PPS), Conte Lopes (PP), Dalton Silvano (Democratas) - suplente, Daniel Annenberg (PSDB) - licenciado, David Soares (Democratas), Edir Sales (PSD), Eduardo Matarazzo Suplicy (PT), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), Fabio Riva (PSDB), Fernando Holiday (Democratas), George Hato (PMDB), Gilberto Nascimento (PSC), Gilberto Natalini (PV), Gilson Barreto (PSDB), Isac Felix (PR), Jair Tatto (PT), Janaina Lima (NOVO), João Jorge (PSDB), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Mario Covas Neto (PSDB), Milton Ferreira (Podemos), Milton Leite (Democratas), Noemi Nonato (PR), Ota (PSB), Patricia Bezerra (PSDB), Paulo Frange (PTB), Reginaldo Tripoli (PV), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PROS), Rinaldi Digilio (PRB), Rodrigo Goulart (PSD), Rute Costa (PSD), Sâmia Bomfim (PSOL), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Soninha (PPS), Souza Santos (PRB), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Zé Turin (PHS).

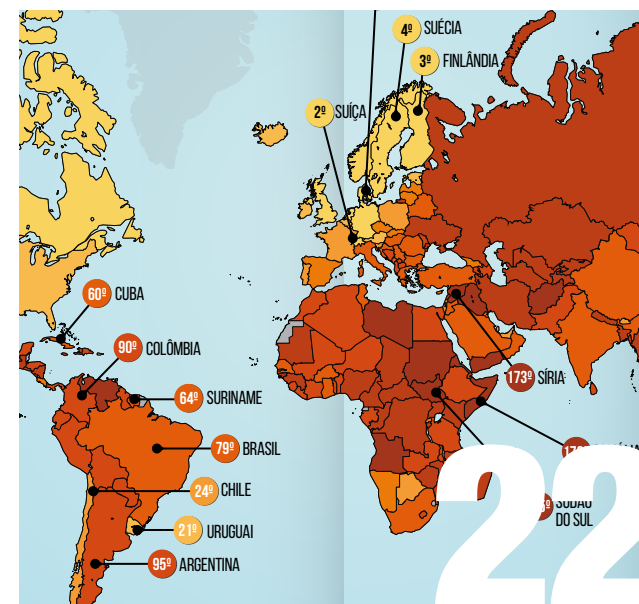
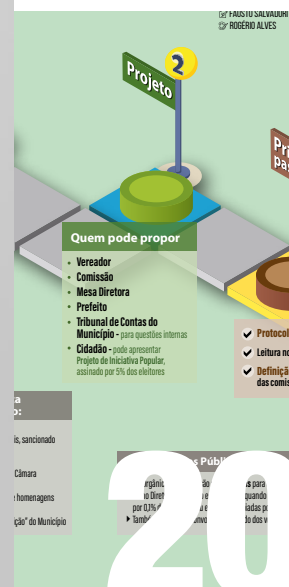
Expediente

Editor executivo: Eron Almeida Santana
Elaboração: CCL3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho e Rodrigo Garcia
Editoração e arte: Elton Jhones Pereira, Erick Paulino de Souza, Leonardo Pedrazzoli e Rogério Alves
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência
Fotografia: Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha e Marcelo Ximenez
Apoio e expedição: Bruno Ribeiro
Mídias sociais: Livia Tamashiro
Estagiários: Julia Gemignani, Juliane dos Reis, Luana Maciel, Pedro Chamie, Renata Oliveira e Vitor Santos
Unidades de apoio: Procuradoria da CMSP
Secretaria Geral Parlamentar - SGP
Secretaria de Documentação - SGP.3
Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
Secretaria de Infraestrutura - SGA.3
Equipe de Garagem e Frota - SGA.33
Impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP
Capa: Fotos dos refugiados por Felipe Grespan

Revista Apartes – Palácio Anchieta
Viaduto Jacaré, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br/apartes

Tiragem: 16.000 exemplares
Fechamento desta edição: 20/9/2017

Solicite o recebimento da revista **Apertes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br/apartes.



SUMÁRIO

- 4 **Clique Paulistano**
- 6 **Palavra do Presidente**
- 6 **Notas**
- 8 **Com a palavra**
Evangelina Vormittag
- 12 **Perfil » Tereza Lajolo**
Pimentinha da Brasilândia
- 20 **CMSP 360°**
Como nasce uma lei
- 22 **Transparência**
Política 2.0
- 32 **CPI**
Ponto de recomeço
- 38 **Desarquivando**
O restinho de mata da Avenida

Arcos iluminados

Na Praça Artesãos Calabreses, centro de São Paulo, 20 arcos se destacam. Construídos no começo do século passado, acabaram de passar por reforma e ganhar nova iluminação, que ressaltou os tijolos, fabricados por imigrantes italianos. Durante décadas, ficaram escondidos por casas. Em 1987, o então prefeito Jânio Quadros

mandou demoli-las. Com isso, a obra pôde novamente ser vista e ganhou o apelido de Arcos do Jânio. O nome oficial é Arcos da Jandaia, referência à rua na parte de cima dos arcos. O local já foi espaço de manifestações artísticas, como grafites. Segundo a Prefeitura, a última reforma devolveu ao conjunto as características originais.

Milton Leite | Presidente da CMSP

PALAVRA DO PRESIDENTE



Na clássica divisão de poderes dos Estados democráticos, o Poder Legislativo representa o povo. Diante da impossibilidade do exercício da democracia direta, os eleitores escolhem seus representantes que irão produzir leis e fiscalizar o Executivo.

A separação entre Judiciário, Executivo e Legislativo tem como objetivo evitar a tirania, pois cada um dos poderes tem sua independência. No caso desta Câmara Municipal de São Paulo, os moradores da cidade escolhem os 55 vereadores que vão, cada um deles, representar as diferentes forças da sociedade civil.

Com esse perfil, a Casa do Povo tem participado neste ano de todas as grandes discussões da cidade. Em suas audiências públicas, estão sendo debatidos os diversos projetos de lei (PLs) que compõem o Plano Municipal de Desestatizações (PMD), uma das bandeiras da gestão do prefeito João Doria (PSDB).

Só o PL 367, pacote de concessões de equipamentos como parques, terminais de ônibus e mercados, teve mais de 20 audiências. Outro PL, o 364, que trata da concessão do complexo esportivo do Pacaembu, foi foco de audiências, já foi aprovado em definitivo e sancionado pelo Executivo.

Fora da esfera do PMD, outros grandes temas passam por discussão na Câmara. Em tempos de crise econômica, uma das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) da Casa é sobre os grandes devedores. Propõe-se a tentar reaver ao menos parte do total da dívida ativa da cidade, de cerca de R\$ 100 bilhões, de grandes empresas, bancos e pessoas físicas. O objetivo é usá-los em áreas prioritárias, como saúde e educação.

Já a CPI da Mulher discutiu recentemente um tema atualíssimo: a violência contra as mulheres nos transportes coletivos da cidade.

Diversos projetos do Executivo ou de interesse da Prefeitura, como o PLs 277, que criou o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), e 56/2005, que instituiu a lei antipichação, foram exaustivamente debatidos e aprovados com modificações propostas até pela oposição.

Em suma, é este espírito democrático que bem resume a essência de uma Câmara Municipal.

Foto: Gute Garbelotto/CMSP

Projetos de meio ambiente e cidadania são premiados

O Prêmio Milton Santos, que reconhece iniciativas de desenvolvimento social, foi entregue na Câmara Municipal em sessão solene no dia 23 de junho. Neste ano, foram escolhidas duas iniciativas com enfoque no meio ambiente e cidadania: A Horta das Corujas, espaço de convívio social e educação ambiental no qual funciona uma horta comunitária, e o Coletivo Ocupe & Abrace, projeto de revitalização da Praça Homero Silva, no bairro Pompeia, zona oeste da capital.

Textos do portal da CMSP ganham tradução para Libras

Desde 20 de abril, o conteúdo em texto do portal da Câmara Municipal de São Paulo (www.camara.sp.gov.br) pode ser traduzido para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), por meio da plataforma VLibras.

Para ter acesso ao serviço, é necessário realizar o download do programa no site oficial da plataforma (www.vlibras.gov.br). Também é possível acessar o site clicando no ícone de acessibilidade em Libras no lado direito da página do portal da CMSP.



Reprodução

Câmara homenageia Lygia Fagundes Telles

A escritora discursa após receber o Colar Guilherme de Almeida



André Bueno/CMSP

A Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) entregou, em 21 de junho, o Colar Guilherme de Almeida. O prêmio destina-se a pessoas que colaboraram para o cenário cultural da cidade. Entre os homenageados desta segunda edição está Lygia

Fagundes Telles, que, aos 94 anos, é uma das escritoras mais celebradas do Brasil, autora, entre outras obras, de *Ciranda de pedra* e *As meninas*.

Também receberam a premiação o maestro Júlio Medaglia, responsável pelo arranjo da canção *Tropicália*, o

advogado e pedagogo José Carlos de Barros Lima, o pesquisador de história Jorge Pimentel Cintra, o sociólogo José de Souza Martins, o Coral Universidade de São Paulo (CoralUSP) e a Pró-TV, associação que preserva a memória do rádio e da TV.

Escola do Parlamento debate gastronomia de São Paulo

A Escola do Parlamento da CMSP realizou, nos dias 4 e 5 de julho, o curso Cultura Gastronômica na Cidade de São Paulo. Os principais temas foram a culinária como hábito cultural e a gestão da cultura gastronômica.

O evento contou com a participação do dono de pizzeria Erik Momo, do proprietário de restaurante Marcos Livi, da coordenadora de projetos de *food-service* Karyna Muniz, do especialista em pães Luiz Américo Camargo e do crítico de cerveja Roberto Fonseca. O coordenador do Troféu São Paulo Capital Mundial da Gastronomia, promovido pela CMSP, Paulo Ildefonso de Paula, também participou dos debates.

Prêmios Chico Xavier e Betinho valorizam ações humanitárias

Em sessão solene na Câmara Municipal, o Prêmio Chico Xavier foi entregue no dia 26 de junho a 19 homenageados. A premiação destaca o desenvolvimento de projetos humanitários.

Entre os ganhadores, indicados por vereadores, estão entidades filantrópicas e pessoas que se destacaram em suas comunidades por atitudes solidárias. A lista está no site da CMSP, em www.camara.sp.gov.br/blog/camara-premia-aco-es-humanitarias.

Em 7 de agosto, a CMSP também homenageou ações de luta pela cidadania e de combate à fome e à miséria. A *Revista Viração*, da ONG Viração, recebeu o Prêmio Betinho de Democracia e Cidadania.

Evangelina Vormittag

Especialista em poluição fala sobre a perspectiva para o ar da capital, que mata cerca de 5 mil pessoas ao ano

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br
Colaborou **Renata Oliveira**
renataoliveira-cci3est@camara.sp.gov.br

Conhecida como Doutora Poluição, **Evangelina Vormittag** é médica, doutora em Patologia e Saúde Ambiental, especialista em Patologia Clínica e Microbiologia pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Gestão de Sustentabilidade pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e idealizadora e presidenta do Instituto Saúde e Sustentabilidade. Sempre presente nas discussões do Legislativo paulistano, ela prevê que a poluição na cidade vai piorar. E alerta: a maior vítima é a população da periferia.

A cidade tem níveis de poluição seguros para a saúde do paulistano?

São Paulo tem um nível de poluição duas vezes e meia o que é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mas não importa o grau de concentração de poluentes, nem a exposição a eles, para considerá-los substâncias carcinogênicas: está comprovado que existe uma associação do ar poluído como causa do câncer. Primeiramente, o de pulmão, e também o câncer de bexiga, além de uma provável relação com os cânceres de mama e do tecido sanguíneo (como

leucemia e linfoma). O ar tóxico é hoje o líder ambiental como causa de morte e adoecimento, ultrapassando fatores como poluição da água e vetores (mosquitos, principalmente). É, também, um dos fatores da primeira causa geral de mortalidade e adoecimento no mundo: as doenças crônicas não transmissíveis, entre elas arritmia, infarto do coração e derrame cerebral. Morrem, ao ano, em torno de 5 mil pessoas por conta da poluição na cidade. Na região metropolitana de São Paulo, são 8 mil pessoas. No Estado, são mais de 17 mil, uma gravíssima situação de saúde pública.

Como a ciência comprova a relação entre essas mortes e a poluição?

A poluição mata mais que aids, câncer de mama, de próstata e mais que acidentes de trânsito, mas não

aparece como causa das mortes cardiovasculares – assim como o cigarro não aparece como causa do câncer do pulmão e infarto do coração. Tem gente que tem câncer de pulmão e não fuma, tem muita gente que tem câncer de pulmão e fuma. Como a associação é determinada? Por estimativas estatísticas em estudos epidemiológicos (que analisam a relação entre as causas e efeitos nas questões de saúde pública). Quando fizeram a Olimpíada de Munique, em 1972, e a de Pequim, em 2008, os

gestores fecharam o centro das cidades para veículos. Aí perceberam que diminuiu o adoecimento de crianças, a falta escolar e a internação por asma. As doenças cardiovasculares apresentaram efeitos no corpo humano a longo prazo, de forma silenciosa, diferentemente das respiratórias, que podem se manifestar imediatamente nas pessoas mais sensíveis. Se a concentração de material particulado (poeira inalável fina, que entra no sistema respiratório e causa inflamação e doença) tiver um aumento de 10 microgramas ou mais por metro cúbico de ar em 24 horas, acima de 50 microgramas pode

“

Pessoas com nível socioeconômico menor causam menos poluição e sofrem mais as consequências”



Renata Rocha/USP

acarretar um aumento de infartos e derrames na cidade até dois dias depois e agravar doenças respiratórias. A mesma coisa acontece quando o metrô entra em greve e as pessoas utilizam mais o transporte público sobre rodas, como o ônibus a diesel. Já quando o ar melhora, o benefício é imediato. A poluição é um efeito da urbanização que deve ser combatido, mas, infelizmente, há empecilhos que dificultam a sensibilização e o conhecimento dessa situação, tanto pela população como pelos prefeitos.

Quais são esses empecilhos?

Existe uma pressão muito grande no Brasil do poder econômico, veicular e industrial. O nível de alerta de poluição que nós temos pela legislação paulista, de 240 microgramas de material particulado (por metro cúbico de ar em 24 horas), é maior do que o limite máximo de 200 microgramas permitidos para estudo experimental em humanos, em que se coloca uma pessoa respirando ar poluído. Alguém já ouviu que o nível de poluição do ar está em alerta no nosso País? Neste ano, mesmo, houve situações em Paris quando a poluição chegou a 100 microgramas, e o governo local proibiu o tráfego no centro, disponibilizou entrada franca no metrô, suspendeu as aulas naquele dia para as crianças não saírem de casa. No Brasil, uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente estabeleceu, em 1990, a concentração limite de 150 microgramas de material particulado por metro cúbico de ar em 24 horas, um padrão nacional três

vezes maior que o da Organização Mundial da Saúde, cujo teto é de 50 microgramas. O que pensam os gestores ambientais? Que o brasileiro tem um pulmão três vezes mais resistente? Que podem informar à população que o ar está bom, quando faz mal? Como a população poderá se defender ou fazer valer os seus direitos, se não tem conhecimento do que de fato ocorre? Quem mudaria esse cenário? Os próprios gestores ambientais e os legisladores. Falta vontade, coragem e responsabilidade política.

Como o poder público pode contornar esses obstáculos?

A responsabilidade sobre a má qualidade do ar nas cidades se deve muito mais à mobilidade urbana do que às indústrias, que saíram das cidades, e a solução vai muito além de só plantar árvores. É importante combater a emissão de poluentes a partir do diesel do transporte público, substituindo por combustíveis mais limpos e renováveis.

Há, também, uma série de leis que precisariam ser cumpridas, como o artigo 104 do Código de Trânsito Brasileiro, vigente desde 1997, que determina a inspeção veicular pelos Estados, mas só o Rio de Janeiro cumpre. Outra legislação, a da Política de Mudança do Clima no Município (lei 14.933/2009), tem um artigo que não será cumprido. Segundo esse

Ricardo Rocha/CMSP



artigo, até 2018 o transporte público sobre rodas deveria ter 100% de combustíveis limpos, em substitui-

ção ao diesel. O assunto é objeto de embate na Câmara Municipal de São Paulo. O Instituto Saúde e Sustentabilidade acabou de realizar, em parceria com o Greenpeace, uma pesquisa segundo

“Pesquisa feita em 29 cidades paulistas mostrou que 11 têm nível de poluição superior ao da capital”

a qual a substituição do diesel por uma composição de matriz energética limpa (elétrica, biodiesel ou

híbrido com as duas alternativas) salvaria 13 mil vidas até 2050 e evitaria a perda de R\$ 3,8 bilhões à cidade de São Paulo. Com os níveis atuais de poluição de ar, se nada mudar até 2050 serão ocasionadas 178 mil mortes, a um custo de R\$ 54 bilhões. A decisão de protelar medidas como essas ocorre à custa de sofrimento humano e perdas precoces de vidas.

A sustentabilidade é vista como artigo de luxo?

Antes se falava em modismo, mas isso já mudou: hoje as pessoas têm mais atitude e consciência sobre a importância da sustentabili-

de. Muitos já têm a noção de que existe o problema, de que qualquer pessoa é uma emissora de poluente. Apenas com esse conhecimento é que se consegue buscar a solução, mudar de atitude. Outra coisa é abordar a questão sob o ponto de vista do consumo: é difícil uma pessoa com baixo nível socioeconômico conseguir consumir um detergente que não polui o meio ambiente, ou um saco de lixo biodegradável. Nesse sentido é possível se referir à questão como um artigo de luxo, ao qual nem todo mundo tem acesso. Sou extremamente a favor de haver um incentivo mercadoló-

gico para todos os produtos que possam trazer um benefício ao meio ambiente e um retorno para a sociedade. Esses produtos devem ser identificados e valorizados.

Como a poluição tem evoluído na cidade?

O pior momento de poluição do ar foi no final dos anos 1980. Na época, foi tomada uma série de iniciativas, como retirar da cidade as indústrias, que passaram a formar polos industriais no interior. Naquela ocasião também foi criado o programa federal de controle de emissões veiculares. Há pouco tempo, a Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) veio dizer que houve uma redução drástica de poluentes na cidade. Mas uma pesquisa realizada recentemente pelo Instituto de Ciências Atmosféricas, da USP, apontou o contrário: há aumento. Acho que o quadro na cidade vai piorar, pois as políticas atuais não são suficientes para manter ou diminuir o nível de poluição, e as leis ou iniciativas que poderiam melhorar o quadro a curto prazo não foram ou não serão cumpridas.

Há locais com situação melhor?

Entre 2006 e 2011, uma pesquisa feita pelo Instituto Saúde e Sustentabilidade em 29 cidades paulistas que possuem monitoramento de qualidade do ar mostrou que todas, sem exceção, tinham níveis acima do que é preconizado pela OMS. Entre elas, 11 tinham níveis acima dos existentes na cidade de São Paulo, mostrando que já não é mais verdade que a poluição está concentrada

na metrópole. Porque, hoje, grande parte da poluição do ar é veicular, vem da mobilidade urbana, e todas as cidades têm um tráfego intenso.

Qual a importância de ampliar as áreas verdes na capital?

Além de as áreas verdes melhorarem a paisagem e o conforto, têm um papel muito significativo na limpeza do ar. Nos troncos, podem ser verificadas as concentrações de poluentes ao longo do tempo em que a árvore foi crescendo, sendo que árvores no interior de um parque têm marcadores em menor quantidade do que as que estão próximas das vias públicas. Os locais arborizados ainda trazem maior amenidade da temperatura e umidade, o que diminui o efeito da poluição na saúde. Quem mora perto das regiões arborizadas tem maior proteção contra o desenvolvimento de doenças crônicas cardiovasculares e respiratórias. O equilíbrio do microclima local também evita tempestades e alagamentos. Geralmente, as periferias não têm áreas verdes e, além dessa pior condição de adaptação externa ao ar, o interior dos domicílios tem maior insalubridade. Por exemplo, em uma casa com ar-condicionado, você fecha tudo e não tem que respirar o ar externo. A população com nível socioeconômico menor tem também menos acesso à assistência de saúde, a medicamentos, a uma alimentação adequada, à educação. Aí entra a questão da justiça ambiental: em todas as cidades, esse grupo da população é o que menos causa a poluição e o que mais sofre as consequências. 

Pimentinha da Brasilândia

Personagem central na primeira investigação oficial sobre crimes da ditadura no Brasil, ela fez história nos direitos humanos

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br
Renata Oliveira | renataoliveira-cci3est@camara.sp.gov.br

De São Joaquim da Barra (SP), onde nasceu em 1947, Tereza Cristina de Souza Lajolo guardou o sotaque e outras lembranças. O destino comum à maioria das garotas daquela época – casar-se cedo, estudar pouco e se dedicar apenas às tarefas domésticas – ela rejeitou: com o empurrão da mãe, sua primeira grande parceira, foi para São Paulo no primeiro dia do ano de 1966 para fazer história na política da cidade.

Filha caçula de Olga Polito de Souza e Joaquim de Souza (Tereza tem outras duas irmãs, Heloiza e Angela, e um irmão, Djalma), foi a última a ser enviada à capital. O pai considerava mais adequado que fosse à “escola normal”, curso de nível médio para formar professores, e depois se casasse. “Minha mãe tinha uma

cabeça muito evoluída. Você vê pela data em que ela me mandou pra São Paulo”, lembra Tereza, aos risos. “Sentei no quarto do pensionato e pensei: ou vai ou racha, tem que tocar pau na vida”.

Decidiu começar a vida na nova cidade fazendo um curso preparatório para vestibular. Para encontrar o local, tinha apenas um papelzinho rabiscado pelo cunhado, com o endereço e sem mais orientações. Matriculou-se, fez um mês de cursinho e foi aprovada em Geografia na Universidade de São Paulo (USP). A ideia inicial era estudar Geologia, como o irmão, mas naquela época ouvia que mulher não era bem-vinda em “pesquisa no mato”. Escolheu Geografia porque poderia aprender sobre Geologia, também. Do professor Aziz Ab’Saber,

recebeu mais um motivo para continuar: ele viu nela o “espírito de busca” necessário a todo geógrafo.

TANQUES DE GUERRA

Esse espírito fez Tereza sugerir uma pesquisa, no segundo ano da Geografia, que a transformaria em assistente da professora Regina Sader. Com ajuda de mais duas alunas, o quarteto começou a estudar sobre a precarização do trabalho no campo em São Joaquim da Barra, onde as plantações de café davam lugar à cultura de soja

e criação de gado. A pesquisa, no entanto, nunca seria concluída: em 1968 os policiais do regime militar invadiram a casa de uma das participantes e apreenderam todas as informações levantadas, sob suspeita de que compunham uma ação de guerrilha.

A pesquisa não era remunerada, mas dava a Tereza o direito de comer sem pagar no restaurante do Crusp, o conjunto residencial da USP para estudantes de baixa renda. Sem essa ajuda extra, ela foi atrás de trabalho e virou professora substituta numa es-

cola pública. No fim do ano, porém, teve de devolver o posto à professora titular. Estava sem salário e desalojada: ela e todos os moradores do Crusp, local de vivência política, cultural e de resistência à ditadura, foram expulsos pelo Exército a poucos dias do Natal.

“Os policiais apareceram com tanques de guerra apontados pra cada prédio do Crusp, com cavalaria, cachorro, metralhadora”, conta Tereza. Os alunos foram levados ao hoje desativado presídio Tiradentes, de onde a estudante e a maioria dos

ENGAJADA
“Baixinha, inquieta e com sotaque caipira”, Lajolo luta pela visibilidade das mulheres



Ricardo Menezes/CCP



ORIGENS
No colo dos pais e
como dama de honra
da irmã mais velha



Foto: Arquivo pessoal

colegas saíram sem ser fichados. Não puderam, porém, voltar a viver no Crusp, e Tereza foi morar com a irmã. Em 1969, precisando “mais do que nunca” de um emprego, conseguiu trabalho em uma escola estadual do bairro Brasilândia, na zona norte. “Uma das estradas, a do Sabão, era de terra, tudo derrapando, no escuro, sem luz, e o que tinha dos dois lados eram pequenas chácaras”, lembra.

Terminou a graduação em 1972, casou e se mudou para a Brasilândia com o então marido, o engenheiro Roberto Lajolo. “Acabei com a Geografia ou a Geografia acabaria comigo”, brinca Tereza, ao lembrar que demorou a se formar por ter participado do movimento estudantil. A motivação para essa e outras militâncias de esquerda teve origem em suas raízes católicas, num contexto de forte influência da Teologia da Libertação, uma corrente surgida durante os anos 60 na América Latina, marcada pelo engajamento nas questões sociais. “A Teologia da Libertação buscava fazer com que o povo, a população e os trabalhadores compreendessem

seu papel e significado na sociedade e lutassem por eles, assim como Jesus foi uma pessoa com história de luta pelos desprovidos, que precisavam ter a noção de sua importância”, conta.

CHUVEIRADA

Em 1980, passou em um concurso e virou professora efetiva da rede estadual na Brasilândia. Lá, fincaria raízes e aprofundaria sua militância política, principalmente ao se envolver nas demandas do bairro e dos clubes de mães, em que mulheres debatiam sobre sua importância na sociedade. “A mulherada era dona de casa, lavava, passava, arrumava, cuidava da saúde de toda a família, mas pensava que não fazia nada”, diz Tereza, que criou alguns clubes na região.

Os clubes de mães iam além de fortalecer a consciência feminina. Juntas, as mulheres de 35 vilas dos

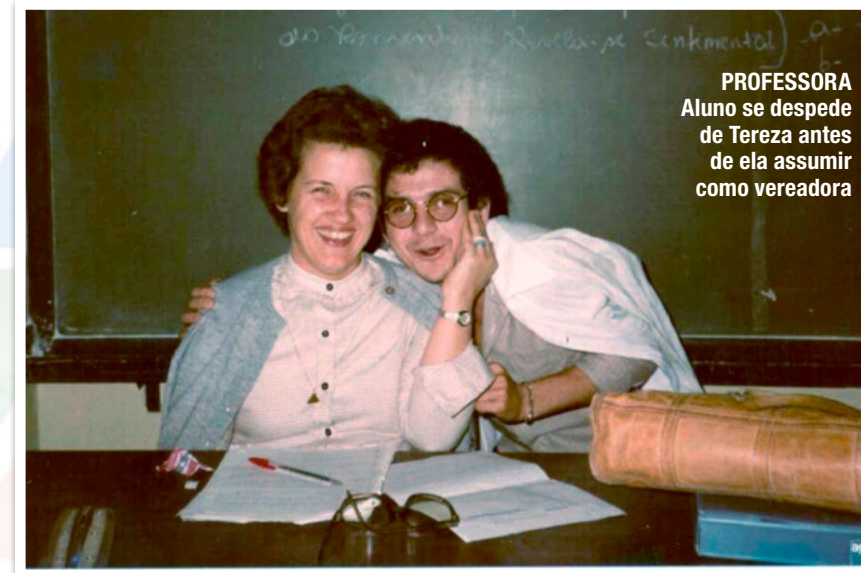
arredores lutaram pelo acesso à água encanada, por exemplo. “Lembro de um marido que implicava quando sua esposa ia às reuniões. Até o dia em que chegou água à casa deles, ela engatou uma mangueira e deu uma chuveirada nele, na rua”, conta Tereza. “O povo ficou todo feliz, e ele começou a apoiar”, lembra.

“Para as mulheres da Brasilândia ela era a Pimentinha, estava sempre à frente do movimento, sempre ao lado das mulheres, que a sentiam como presença efetiva”, diz Fermino Fechio. Militante de direitos humanos e ex-ouvidor nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, ele foi vereador junto com Tereza e também foi secretário de Administração municipal quando ela comandou a Secretaria de Transportes em 1989, no governo de Luisa Erundina.

Na época em que Fechio come-

çou a se envolver nos movimentos populares na Brasilândia e bairros vizinhos, ouvia o nome de Tereza “reinar nas bocas das mulheres”. “Era uma época difícil, em que não havia democracia, estávamos em pleno regime militar e tínhamos que fazer tudo com muito jeito e cuidado, porque vinha repressão doída”, lembra o ex-vereador. As atividades da professora renderam, inclusive, várias anotações no Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP), a polícia de inteligência e repressão aos opositores do regime militar.

Para Fechio, a população reconhecia a coragem de Lajolo em forma de votos. Na primeira vez em que concorreu a um cargo público, em 1982, a mulher que até então se considerava uma “professorinha da Brasilândia” foi eleita para a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) com mais de 26 mil votos. “Eu não era



PROFESSORA
Aluno se despede
de Tereza antes
de ela assumir
como vereadora

Arquivo pessoal

conhecida nesse mundo maior. Meu marido era quem ia para os contatos políticos externos”, diz Tereza.

A candidatura foi proposta pelos moradores da região. “A gente fazia impressão em casa, dobrava papel, e

o pessoal do bairro ajudava”, lembra Luisa Lajolo, 36 anos, filha mais nova de Tereza. A professora concorreu pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT), mas não esperava ser eleita, muito menos com 33 votos a

FIGURÕES

No Plenário da CMSP, em 1986, entrega o Título de Cidadão Paulistano ao hoje deputado federal Vicentinho, observada por Lula (à esq.)



Arquivo CMSP

mais do que Luiza Erundina, que em 1988 tornou-se prefeita de São Paulo pela mesma legenda: “quando saiu o resultado tomei um susto”.

Além de Tereza e Erundina, a bancada petista daquela legislatura contava com a jornalista e militante feminista Irede Cardoso e dois metalúrgicos: Claudio Barroso e João Carlos Alves. “Tereza tinha muito o espírito da primeira bancada do PT na Câmara”, relata Rita Freire, ex-assessora da parlamentar. “As pessoas vinham da militância, da resistência à ditadura, com princípios muito arraigados e

a ideia de atuar na instituição para promover mudanças, principalmente para ajudar que os movimentos populares se organizassem para assumir espaço na política”, completa.

Como reflexo do relacionamento com as mães da periferia, o gabinete de Tereza era majoritariamente composto por mulheres. Nos dois primeiros anos na CMSP, integrou uma comissão que defendeu creches nos locais de trabalho das mães, para que pudessem amamentar com mais frequência e tranquilidade. No Plenário, avisou que não sossegaria en-

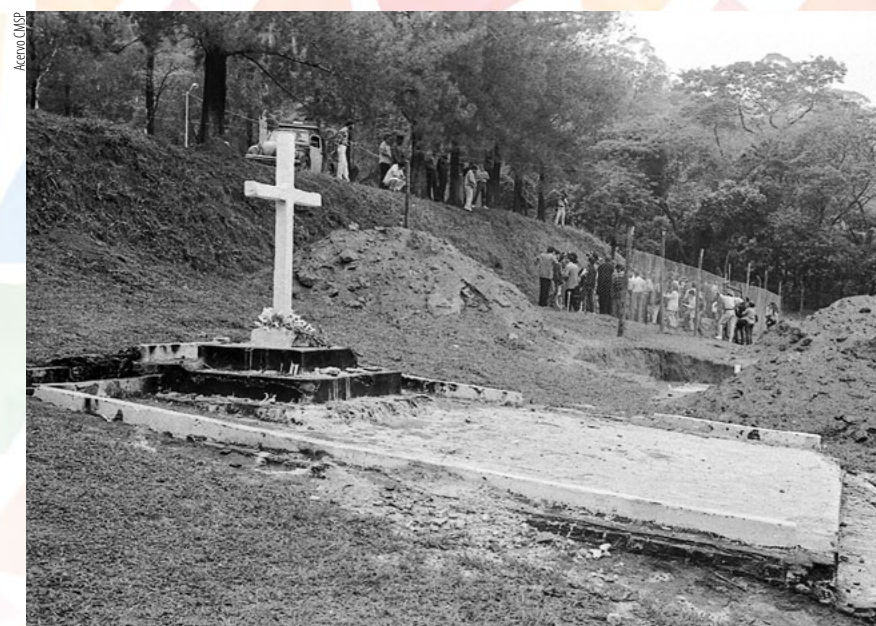
quanto não estivessem garantidos na sociedade espaço, respeito e direitos das mulheres, e que essa busca impediria sua passividade diante dos “jogos de cavalheiros”: “espera-se, talvez, das mulheres, que ajudemos nossos filhos e maridos a serem os melhores, os mais qualificados para atuar nessa modernidade onde não há lugar para todos, a começar para nós mesmas”, disse num discurso em 1994.

DA GEOGRAFIA PARA A HISTÓRIA

No segundo dia na Câmara, a petista pediu, com outros vereadores

estrepentes, a instalação de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), uma delas sobre Transportes. Como membro, aprofundou-se sobre o assunto e repassava o conhecimento aos movimentos de cidadãos, para que soubessem brigar por seus interesses. “Quando o povo ia falar nas audiências públicas com o secretário de Transportes e mostrava domínio do assunto, ele já sabia que eu tinha passado por lá”, lembra. “O pessoal fiscalizava e achava as trampolinagens; muita coisa começou a ser tocada.”

Em 1988, Tereza havia sido escolhida pelos colegas como uma das melhores vereadoras da Câmara, segundo publicou o jornal *Folha de S. Paulo* na época, muito por conta de sua fiscalização dos transportes na cidade e sua crítica aos aumentos nas passagens de ônibus. Como secretária municipal, encontrou apenas “ônibus velhos, batendo lata, sem sequer um parafuso na reposição de peças”, recorda o colega Fermino Fecho. Para reposição, havia só um



CRIME • Vala de Perus, ao fundo, investigada por CPI da qual Tereza foi relatora

pneu recauchutado.

Essa precariedade fez com que Tereza tivesse de aumentar o valor das passagens, mesmo a prefeita Luiza Erundina tendo prometido dar à população uma tarifa social. A secretária esperava resolver o problema

ao estatizar os transportes coletivos, mas não teve tempo para isso: após nove meses, retomou seu mandato na CMSP. Ela diz não ter recebido uma explicação para a demissão.

No Legislativo paulistano, em outubro de 1990 assumiu a relatoria da CPI sobre a vala de Perus. Escreveu o relatório e ajudou a investigar a origem e a responsabilidade por ossadas encontradas em uma vala clandestina no cemitério Municipal Dom Bosco, no bairro Perus, e a utilização dos demais cemitérios de São Paulo para ocultamento de corpos das vítimas da repressão no País.

A criação da CPI foi motivada pela descoberta, no Dom Bosco, de mais de mil ossadas não identificadas de pessoas enterradas como indigentes. A Comissão constatou, entre outras coisas, que o plano do regime era construir um crematório no cemitério de Perus, mas sem sala de cerimônias e com porta de acesso no formato vai-e-vem. Isso fez com que a empresa responsável pela obra

Aula de engajamento

1947

Nasce em São Joaquim da Barra (SP), em 14 de abril

1968

Começa a dar aula na rede pública de ensino

1972

Forma-se em Geografia pela USP

1972

Em 23 de dezembro, casa-se com Roberto Lajolo, com quem tem duas filhas. Separa-se em 1990.

1976

Começa a atuar nos clubes de mães na Brasilândia

1983

Primeiro dos seus 14 anos como vereadora pelo PT

1989

De janeiro a setembro, ocupa o cargo de secretária municipal de Transportes

1990

Instalação da CPI da Vala de Perus na CMSP, da qual foi relatora

2005

Volta a dar aula na rede pública de ensino

2014 a 2016

Integra a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de SP

TRABALHO • Tereza participa de vistoria à CET, em 1995



PERFIL) Tereza Lajolo

suspeitasse da construção. Diante do impedimento, tentaram transportar as ossadas para o crematório de Vila Alpina, inaugurado em 1974, mas a dificuldade logística motivou a criação da vala em Perus. “Abrimos espaço para informações como as do Instituto Médico Legal, e demonstramos que registravam como confronto com a polícia, por exemplo, as mortes que, pela foto, pareciam ter sido causadas por tortura”, aponta Tereza.

Fruto de uma apuração dedicada, o relatório concluiu a maior investigação, até aquele momento, sobre os crimes da ditadura no Brasil, conforme aponta o livro *Vala clandestina de Perus*. “Até ali, o desaparecimento de pessoas, os falsos tiroteios e atropelamentos, as marcas da tortura e dores da perda pertenciam apenas ao universo dos familiares, sobreviventes, amigos, integrantes de movimentos

de direitos humanos e, também, a parte da imprensa silenciada ou parceira do regime”, diz um dos textos que apresenta a publicação.

Durante o inquérito, o jornalista Ivan Seixas, filho de um desaparecido político e colaborador da CPI de Perus, ficou frente a frente com o assassino de seu pai, Joaquim Alencar Seixas, morto em abril de 1971 e o primeiro militante de esquerda encontrado como indigente no então recém-inaugurado cemitério Dom Bosco. Ivan ressalta que o relatório de Tereza virou base para as comissões da verdade brasileiras, que procuraram elucidar as violações dos direitos humanos durante a ditadura militar. “Coordenei a comissão do governo paulista e muito do relatório foi baseado no da CPI de Perus”, conta o jornalista.

O ex-vereador Ítalo Cardoso, membro da comissão de inquérito

sobre Perus, considera que nesse trabalho Tereza deu sua maior contribuição histórica: “o papel dela e da assessoria, de muita firmeza sobre o que queriam, ficou marcado no material que ela produziu e foi ponto de partida pra muito do que se falou em Brasília, no processo da Comissão Nacional da Verdade”. Ele afirma que poucos trabalhos tiveram a mesma intensidade e ousadia, porque haviam se passado apenas cinco anos desde o fim do regime militar. “A investigação incomodava muita gente que vinha do período da ditadura e estava ali, presente”, reforça a ex-assessora Rita Freire, responsável por ajudar a redigir e editar o relatório da comissão.

O relatório de Perus foi ainda ponto de partida para os trabalhos da Comissão da Verdade Vladimir Herzog, da CMSP, e motivou o convite do ex-prefeito Fernando Haddad para que Tereza coordenasse a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo. “Na Comissão do Executivo, Lajolo teve o papel fundamental de desvendar tantas atrocidades, abusos e perseguições realizadas no âmbito da administração municipal e de outros níveis durante a ditadura militar”, avalia o vereador Eduardo Suplicy (PT), que conhece a geógrafa desde a fundação do PT.

AULAS E BIJUTERIAS

Tereza foi vereadora titular na Câmara paulistana por 14 anos, de 1983 a 1996. Daqueles tempos, a filha mais velha, Mariana Lajolo, 39 anos, lembra que a mãe trabalhava até tarde: “muito enérgica, minha mãe não se intimidava por aqueles homens poderosos, e conseguiu estabelecer uma relação de trabalho respeitosa com todos eles, sem deixar de ser a mulher alegre, que fazia piada”.

Depois de tantas vitórias, convi-



FAMÍLIA • Com as filhas Luisa (esq.), Mariana e o neto, Lucas, em 2017

veu com algumas derrotas em eleições para vereadora e para deputada estadual. Para Luisa Lajolo, a mãe esteve aberta a tantas causas que pode não ter garantido a necessária “bandeira eleitoral”. Mesmo sem vencer, Tereza achava que só o processo eleitoral já valia a pena: “campanha era um momento efetivo de fazer discussão política, entrar em contato com as pessoas e ajudar no processo de entenderem a realidade”.

Para estimular o debate, em 1996 foi pré-candidata do PT à Prefeitura de São Paulo, junto com Luiza Erundina e Aloizio Mercadante. Com o título *Não desiste*, o *Diário Popular* publicou uma nota sobre a insistência de Lajolo: “ela vai apresentar recurso à executiva estadual do PT, contra a decisão do diretório municipal de não aceitar a sua pré-candidatura”. A ex-vereadora explica por que aceitou o desafio: “sempre estive à disposição para tomar atitudes diante da realidade. Sempre. Eu não nego, nunca me neguei”.

De 1999 a 2000, voltou à CMSP como suplente. Quando não estava na Câmara, dava aulas e também

já vendeu bijuterias para complementar a renda. Lembra-se do sobrenome de praticamente todos os alunos. Uma delas é Thatiana Galante, que teve aulas com Tereza em 1997. “Ela era engraçada, brincava e brigava de forma carinhosa, falava alto, tinha um erre marcado e nunca fez campanha política com a gente”, recorda-se Thatiana.

Aposentada como professora desde 2001, prestou outro concurso quatro anos depois e voltou a dar aulas na Brasilândia. Aposentou-se pela segunda vez em 2015. “Ninguém acreditava que uma pessoa tão importante para a política da cidade voltaria a ser professora, porque teria outros papéis a cumprir e também porque a máquina pública costuma tirar a pessoa da realidade de onde ela vem, o que torna a readaptação difícil”, diz a ex-assessora Rita Freire.

Na volta ao Magistério, Tereza encontrou algumas reações que não esperava, como o deboche de alunos por ser idosa. Ainda assim, gostava tanto de ser professora que se sentia apenas licenciada da pro-

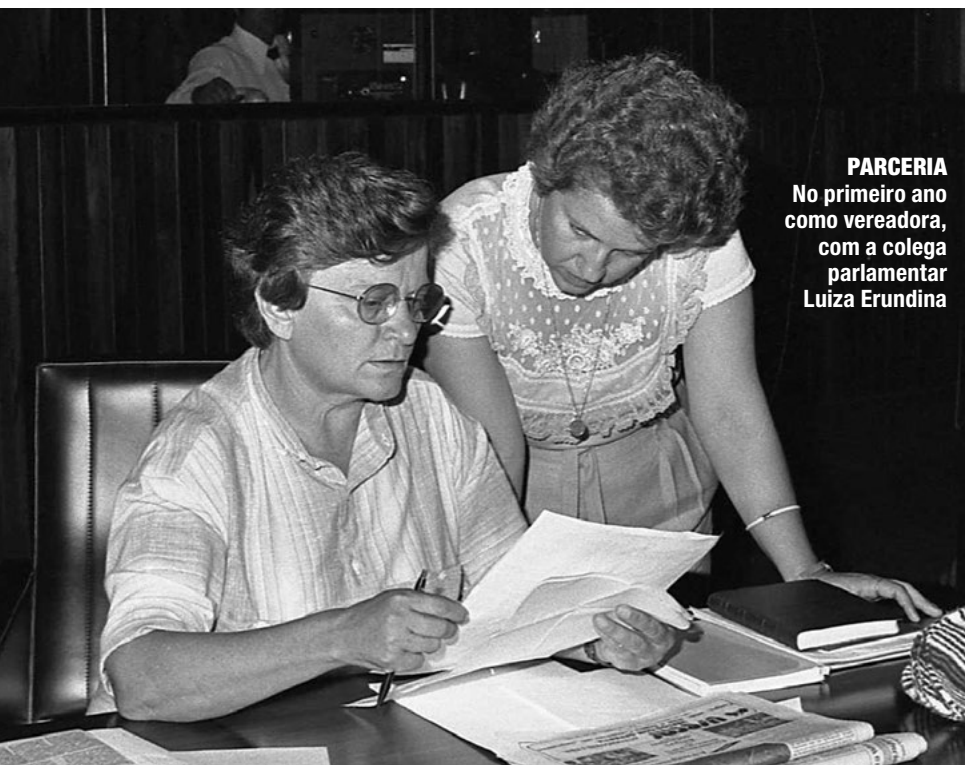
fissão enquanto foi vereadora. Por isso se esforçou para levar à Câmara uma relação direta com o povo, sem intermediários, como fazia com os alunos. “Queremos a população lá, exigindo. Acabar com essa história de ‘senhor vereador’, com o clientelismo”, disse ao *Jornal da Tarde* assim que entrou para o Parlamento.

O jornal a descreveu como baixinha, inquieta, de sotaque caipira, disposta a dar voz às reivindicações populares. A definição continua valendo. Uma de suas inquietações mais fortes, atualmente, é a facilidade com que vítimas de violência ainda podem ser enterradas como indigentes na capital. O incômodo remete a um discurso feito por ela quando integrava a CPI de Perus: “não é apenas o passado que nos aflige. O autoritarismo não é coisa encerrada e escolhe formas para sobreviver”.

SAIBA MAIS

Livro

Vala clandestina de Perus. Instituto Macuco. Presidência da República, 2012.



PARCERIA
No primeiro ano
como vereadora,
com a colega
parlamentar
Luiza Erundina



Política 2.0

Para combater a corrupção, legisladores apostam em tecnologia para aumentar a eficiência da máquina pública

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br

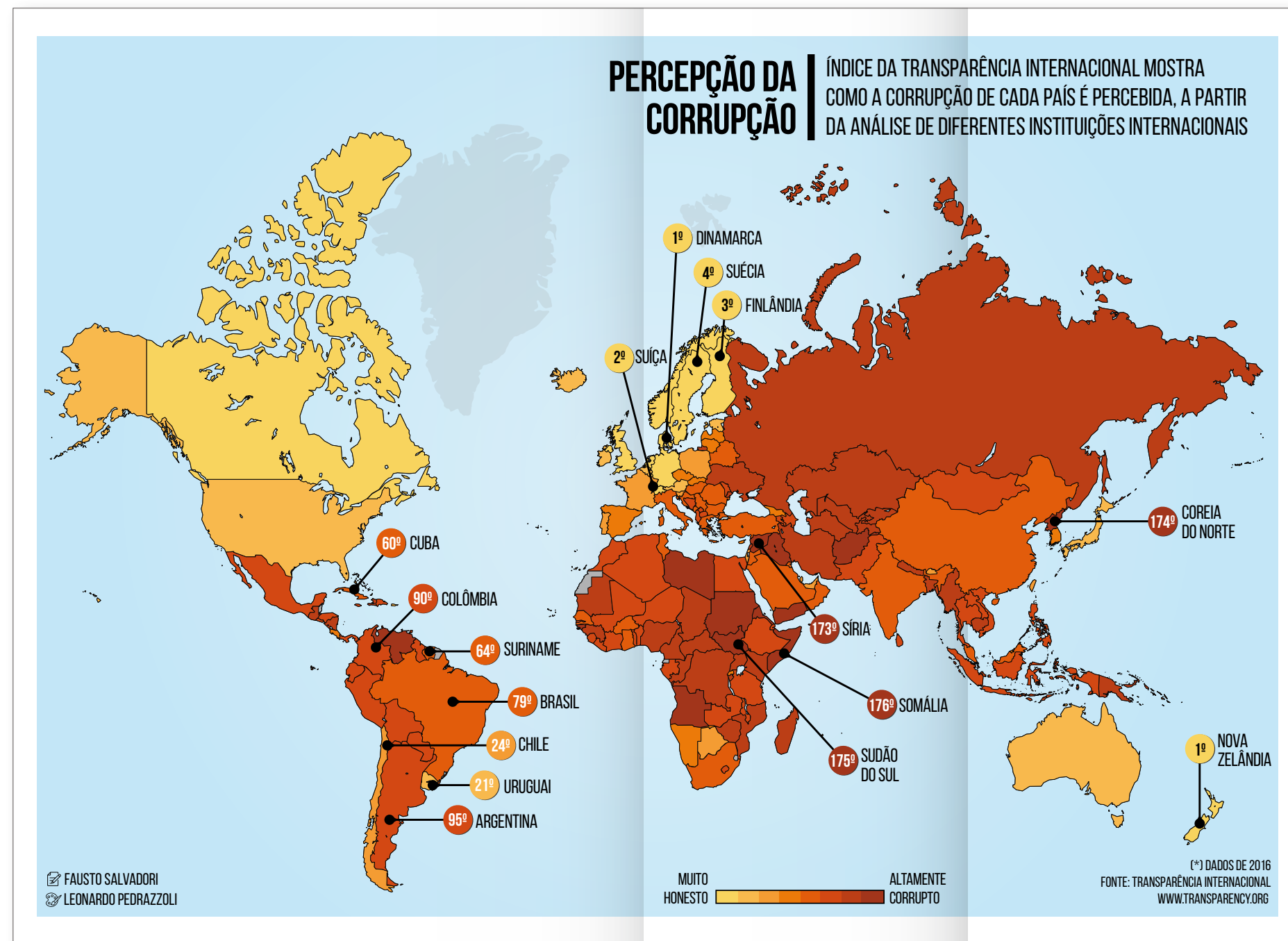
Colaborou Renata Oliveira | renataoliveira-cci3est@camara.sp.gov.br

O nome cheira mal. Nasceu do latim *corruptio*, que dá ideia de podridão, deterioração, devassidão. Talvez por isso os que dela fazem uso preferem mencioná-la por apelidos mais graciosos. Já a chamaram de arrego, jabaculê, faz-me rir, cervejinha, gorjeta, pixuleco. Na Itália, é conhecida como “envelopinho”. Nos países de língua inglesa, a chamam de “cinco-por-cento”, “enxerto”, “graxa”. Os espanhóis preferem “mordida” e os indianos, “dinheiro veloz”.

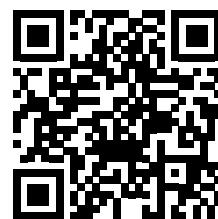
Se houvesse um país chamado Corrupção, que reunisse em seu território os ganhos de todos os pixulecos do mundo, estaria entre as cinco maiores economias do planeta, concentrando cerca de US\$ 2,6 trilhões, o equivalente a 5% do Produto Interno Bruto

mundial, conforme cálculo da iniciativa Pacto Global feito em 2015. No Brasil, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) calcula que a corrupção consome até 2,3% da riqueza nacional, cerca de R\$ 100 bilhões.

É muito dinheiro, mas não o bastante para pôr a pátria amada entre os países mais corruptos do mundo. Nesse quesito, o Brasil ocupa uma faixa intermediária: está na 79ª posição em um ranking de 176 países elaborado pela ONG Transparência Internacional (veja mapa ao lado) que mede o Índice de Percepção da Corrupção. Como é impossível determinar com precisão o quanto de corrupção existe em um país, já que jabaculês e mordidas, por definição, são coisas que se fazem às escondidas, por meio de dinheiro escondido em



VEJA O MAPA INTERATIVO:



WWW.CAMARA.SP.GOV.BR/APARTES

malas, enfiado em cuecas ou transferido em transações eletrônicas obscuras, a ONG busca medir como a corrupção é percebida nesses países, a partir de fontes como o Banco Mundial ou o Fórum Econômico Mundial. O economista Manoel Galdino, diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, alerta sobre um risco nessa linha de análise: nações que investigam melhor seus casos de

corrupção podem apresentar percepções maiores do que aquelas em que os arregos permanecem ocultos.

Dona de muitos nomes, a corrupção apresenta também diversas faces, englobando uma série de práticas diferentes que nem sempre são ilegais, mas “têm em comum essa nota da confusão do que seria interesse público e privado”, conforme o professor Leopoldo

Ubiratan Carreira Pagotto afirma em sua tese de doutorado, lembrando a máxima do humorista Barão de Itararé, para quem no Brasil “a vida pública é, muitas vezes, uma continuação da privada”.

O desejo dos brasileiros de limpar a política de tudo que seja podre, deteriorado ou devasso não começou com as Jornadas de Junho de 2013 nem com a Operação Lava-Jato, mas acompanhou o País ao longo da maior parte de sua história, como nota o historiador José Murilo de Carvalho no livro *Corrupção: Ensaios e Críticas*. Dos revolucionários de 1930 que acusavam a República Velha de “carcomida”, passando pela oposição que atacava o “mar de lama” do

governo Getúlio Vargas e pelas pessoas que apoiaram o golpe de 1964 “contra a subversão e a corrupção”, chegando aos eleitores que votaram num “caçador de marajás” para acabar com os corruptos e depois o tiraram do governo com o mesmo objetivo, a vida política nacional sempre levantou a bandeira da luta contra a corrupção.

Numa luta tão longa e difícil, não foram poucas as vezes em que muitos brasileiros se convenceram de que a política estava toda apodrecida e se deixaram levar por propostas de soluções mágicas que só pioraram o problema, como a implantação de ditaduras ou a eleição de salvadores da pátria. “O discurso da negação da política é adotado por quem, na verdade, quer ocupar o poder público. O desafio atual é mostrar que, se o problema é político, a saída também tem que ser política, construída junto com a sociedade”, analisa o

cientista político e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marco Antônio Carvalho Teixeira.

FICHA LIMPA

E é assim que, nos últimos anos, um tijolo de cada vez, a legislação brasileira vem buscando construir um sistema que garanta práticas mais limpas no uso do dinheiro público. Um dos marcos desse processo foi a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela ONU em 2003 e promulgada no Brasil em 2006. Quatro anos depois, um projeto nascido por iniciativa popular foi levado ao Congresso e transformou-se na Lei da Ficha Limpa, que impede a eleição de pessoas condenadas por órgãos colegiados do Judiciário. “Foi uma lei que teve um efeito grande, principalmente nas eleições locais. Criou uma ciência na população de que políticos

corruptos não podem concorrer. Mais de 3 mil candidatos foram barrados por causa da ficha limpa na última eleição”, afirma Galdino, da Transparência Brasil (leia entrevista com ele na pág. 28). Segundo o economista, a Ficha Limpa só não teve consequên-

cias ainda mais profundas por causa da demora da Justiça brasileira em obter condenações em segunda instância. “Muitos políticos conseguem continuar atuando, mesmo sendo corruptos, porque a Justiça não anda.”



JUNHO DE 2013
Manifestantes contra corrupção
diante do Congresso, em Brasília

Na cidade de São Paulo, a Ficha Limpa chegou à administração municipal por meio da Emenda 35 à Lei Orgânica do Município. A norma ampliou as regras da legislação federal para além dos políticos e estendeu a obrigatoriedade de ficha limpa aos servidores públicos, tanto cargos em comissão como efetivos. A emenda conseguiu unir de “mortadelas” a “coxinhas” e, ao ser votada, em março de 2012, conquistou o apoio de todos os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).

Um ano depois, em meio aos gritos de “o gigante acordou” que enchiam as ruas, o governo federal sancionou a Lei Anticorrupção (12.846/2013), que iria se tornar uma peça importante no sucesso da Operação Lava-Jato, e a Prefeitura de São Paulo criou a Controladoria Geral do Município, com a missão de combater a corrupção na

gestão municipal. Em 2014, a lei foi regulamentada também na cidade.

TECNOLOGIA ANTICORRUPÇÃO

Neste ano, o tema aparece com destaque no primeiro projeto de lei (PL) protocolado na CMSP, o 1/2017, que se propõe a organizar a Política Municipal de Prevenção da Corrupção. Mais do que investir na punição dos corruptos, a proposta busca vacinar o sistema contra as possibilidades de ser corrompido. Tanto que, na justificativa, consta que “é essencial dotar o poder público e a sociedade civil dos mecanismos essenciais capazes de prevenir ou detectar o quanto antes as brechas que permitam ações corruptas de acontecerem”.

Para ser bem-sucedida, uma política de prevenção da corrupção precisa garantir a participação da sociedade. “A gente não vai ter 5 mil Moros para prender todo agen-

te público que fizer coisa errada”, afirma o vereador José Police Neto (PSD), referindo-se ao juiz Sergio Moro, da Operação Lava-Jato. “Precisamos da participação daquela parte da sociedade que, num certo momento, optou por se esconder atrás do Facebook, xingando todo mundo”, completa. Police é um dos autores do PL 1/2017, ao lado de Adilson Amadeu (PTB), André Santos (PRB), Atílio Francisco (PRB), Caio Miranda Carneiro (PSB), Camilo Cristófar (PSB), Celso Jatene (PR), David Soares (DEM), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Gilberto Nascimento (PSC), Isac Felix (PR), Janaína Lima (Novo), Mario Covas Neto (PSDB), Ota (PSB), Rinaldi Digilio (PRB), Rodrigo Goulart (PSD), Rute Costa (PSD), Souza Santos (PRB) e Toninho Paiva (PR).

O projeto prevê a criação de um Conselho Municipal de Transparên-



PROTESTO • Ato contra corrupção levou multidões a Brasília, em junho de 2013



VEREADOR SOUZA SANTOS
atual corregedor-geral

Corregedoria fiscaliza os vereadores

Embora não seja considerada uma ferramenta de combate à corrupção, a Corregedoria da Câmara Municipal acolhe denúncias e investiga infrações à conduta ética e ao decoro parlamentar praticadas pelos vereadores.

“O corregedor deve ser imparcial na condução dos trabalhos, observando a legislação pertinen-

te, com consciência tranquila, com isenção e transparência, sem ceder a qualquer pressão”, afirma o atual corregedor-geral, Souza Santos.

Criado em 2003, o órgão analisou até o ano passado 57 casos, entre denúncias e representações. Somente neste ano, a Corregedoria recebeu, até maio, 11 representações. Qualquer munícipe pode fazer representações, mas denúncias anônimas não são aceitas.

O corregedor-geral é eleito anualmente, após a escolha da Mesa Diretora. Além dele, outros seis membros, indicados pelas bancadas dos partidos, fazem parte do órgão.

COMBATE • Para Police, corrupção se combate com participação da sociedade



cia e Controle Social, formado por representantes da sociedade civil e do poder público, com a missão de elaborar políticas e fiscalizar o combate à corrupção no Município, e de um fundo municipal para financiar o desenvolvimento de ações com o mesmo objetivo. Além disso, o PL destaca o uso das tecnologias da informação para “identificar casos de ocorrência de prevenção e possíveis desvios” e prevê “fomentar o uso de meio eletrônico na tramitação de processos administrativos” em busca de mais agilidade e transparência.

Segundo Police, “prevenir e combater a corrupção com tecnologia talvez seja a melhor coisa, porque ninguém acredita que um cidadão é incorruptível, mas um sistema é qua-

se incorruptível”. Quando o vereador falou com a **Apartes**, em maio, fazia poucos dias que uma série de ciberrataques em larga escala havia atingido mais de 70 países, prejudicando tanto computadores em hospitais na Inglaterra como no Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal. O vereador lembrou-se disso na entrevista: “o que aconteceu na semana passada mostra o momento que a gente está. Se o desenvolvimento tecnológico pode parar o mundo, também pode fazer o mundo andar melhor”.

A fim de incentivar o uso de tecnologias anticorrupção, a CMSP organizou em 3 e 4 de junho o 1º Hack in Sampa, uma maratona hacker destinada a criar mecanismos de informática capazes de ajudar a so-

Continua na pág. 30 »

ENTREVISTA | Manoel Galdino

Economista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), **Manoel Galdino** é diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, criada em 2000 com o objetivo de monitorar a corrupção por meio do aumento da informação disponível. Em entrevista à **Apartes**, Galdino aponta que, para funcionar, a luta contra a corrupção precisa olhar menos para as pessoas e buscar mudanças no sistema, como menos cargos de livre nomeação e eleições mais baratas, além de uma atuação mais técnica e transparente dos tribunais de contas.

Se trocássemos todos os políticos do dia para a noite, o Brasil ficaria menos corrupto?

A melhor forma de resolver a corrupção é focando nas instituições. Mais importante do que saber se uma pessoa é moral ou imoral, é fechar as janelas de oportunidades para ela praticar o crime de corrupção.

Quais são essas janelas?

Em primeiro lugar, o Brasil nomeia muitos cargos com indicação política. No nível federal, mais de 20 mil cargos são feitos com livre nomeação. Nos Estados Unidos, são entre 2 e 3 mil cargos. Há uma possibilidade muito grande de nomear politicamente pessoas para cargos que podem ser utilizados na administração pública para obter propinas. O segundo ponto é a falta de transparência sobre os impostos e os benefícios fiscais que as empresas pagam e recebem. Sem transparência, a sociedade não consegue fiscalizar e o Estado pode beneficiar o grupo empresarial que quiser em troca de alguma vantagem. Em terceiro lugar, a gente tinha uma legislação que permitia que um grupo empresarial doasse um valor muito alto para as campanhas eleitorais, o que dava às empresas muita capacidade de influenciar o sistema político. A

gente defende que as doações de pessoas jurídicas tenham tetos nominais baixos, como é nos outros países, e não um limite baseado no percentual do faturamento da empresa, como é no Brasil. Em 2016 foi proibida a doação de empresas, mas não acreditamos que é uma solução, até porque a doação de pessoas físicas também é baseada no percentual da renda, o que favorece pessoas ricas que vão influenciar no processo político. A outra parte é que as eleições no Brasil são muito caras. Um político honesto no Brasil hoje, se não for rico, teria muita dificuldade de ser eleito. Como não vai prometer uma vantagem indevida em troca de um financiamento, vai arrecadar muito menos dinheiro do que um político corrupto. O nosso sistema premia o político corrupto e pune o político honesto.

Como baratear as campanhas eleitorais?

O Brasil tem muitos candidatos concorrendo. Se a Inglaterra tem em média seis candidatos por cadeira concorrendo no nível federal, aqui são 20. Como cada voto conta para definir o tamanho da bancada nos legislativos, os partidos são estimulados a lançar muitas candidaturas. Em São Paulo, por exemplo, são 70 vagas



“
Nosso sistema
premia o político
corrupto”

para deputado federal, enquanto na Inglaterra, como cada distrito tem uma cadeira, o partido não vai querer gastar dinheiro em candidaturas que não têm chance. Lá, o sistema eleitoral desestimula um número excessivo de candidaturas e, portanto, reduz o gasto de campanha. Outra janela de corrupção é a falta de transparência nos tribunais de conta, que têm indicados políticos.

Como deveriam ser constituídos os tribunais de conta?

O problema hoje é duplo. Além de haver indicações políticas, em que

o aliado não vai investigar quem o indicou, muitas vezes há indicados que não possuem formação técnica para fazer a avaliação. Tem alguns casos de dentistas sendo indicados para fazer uma avaliação de contabilidade. Tem que ter uma carreira de conselheiros que sejam técnicos e, em segundo lugar, a sociedade precisa ter acesso aos pareceres técnicos. Como os pareceres são sigilosos, os conselheiros dos tribunais de contas podem barganhar com os políticos um novo parecer favorável ou a manutenção do parecer negativo em troca de alguma coisa. A gente viu isso no Rio de Janeiro [em março, a operação O Quinto do Ouro, da Polícia Federal, prendeu cinco conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio acusados de receber propina para ignorar irregularidades].

Por que os sistemas de controle da corrupção têm falhado?

Houve um aperfeiçoamento institucional ao longo dos últimos 25 anos, que permitiu um sistema de combate à corrupção mais efetivo. Houve avanços na legislação, a criação das varas especializadas, o trabalho conjunto da Polícia Federal com Ministério Público e Judiciário. O que acontece ainda é que, no nível estadual e municipal, esses avanços não aconteceram. A Polícia Civil não tem a mesma autonomia da Polícia Federal e o Ministério Público é mais controlado pelo poder do governador no âmbito local. O importante é que a gente lembre que os escândalos vindos à tona são um sinal de que estamos avançando, não de que estamos regredindo. A corrupção é como uma doença. Agora que estamos descobrindo o seu tamanho, podemos pensar em fazer o tratamento.

Quais são as consequências da corrupção no Brasil?

O maior custo Brasil é a corrupção. Quando as aquisições que o Estado faz são superfaturadas, o serviço vai ser de menor qualidade e vão ter menos impostos sendo arrecadados. Quando os políticos são corrompidos, vão fazer políticas públicas que não são melhores para a população, vão fazer leis e políticas que favoreçam determinados grupos de interesse. Tudo isso gera uma crise de legitimidade muito grande. Como você pode confiar que, por exemplo, a reforma da Previdência está sendo feita pensando no que é melhor para a população ou nos interesses particulares de determinados grupos que podem estar corrompendo os agentes políticos neste exato momento? A gente não sabe. Sem essa legitimidade é muito difícil governar.

Como evitar essa sensação de que a política é suja e a solução estaria fora dela?

Não tem solução fora. Os candidatos que se dizem não políticos são uma enganação. Política significa resolver as coisas em uma coletividade. Quando a gente debate e busca soluções, é política. Claro que hoje em dia os políticos tradicionais têm menos credibilidade, em parte porque a gente tem visto uma crise econômica muito grande no mundo inteiro e é natural que, se o sistema não está respondendo às necessidades da população, as pessoas queiram alternativas. O que a gente não pode é cair no engodo de aventureiros com esse discurso de que não são políticos. É na política que está a solução e é na política que estão os problemas. É aí que a gente vai resolver.



JUNTAS
Janaína Lima: “busca da eficiência e combate à corrupção andam juntas”

cidade a ficar de olho nos gastos do Município, com o apoio da empresa de informática IBM, da Controlado-

ria Geral do Município, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP) e da Associação dos Advogados do Estado de São Paulo (AASP). Mais de 50 hackers (programadores capazes de extrapolar os funcionamentos dos sistemas), designers, gestores e administradores ergueram barracas no Plenário 1º de Maio, do Palácio Anchieta, e passaram 36 horas desenvolvendo sistemas capazes de fiscalizar os órgãos públicos paulistanos. Ao final, cinco projetos foram escolhidos como finalistas e passaram os dois meses seguintes sendo desenvolvidos.

Em 15 de agosto, os três vencedores do Hack in Sampa foram anunciados: a equipe Quebrando Barreiras ficou em primeiro lugar, com o site Extrato Público (www.extratopublico.com.br), que monitora os gastos dos gabinetes dos vereadores de São Paulo, seguido pelo site

Suspeitando (www.suspeitando.com.br), do grupo Specula, que detecta indícios de possíveis irregularidades em contratos de licitação da Prefeitura de São Paulo, e uma ferramenta do grupo Luppa para comparar os preços praticados pelo governo com os do mercado. “Nosso objetivo foi criar uma plataforma para tornar mais compreensíveis os dados divulgados pela Câmara”, diz Kazuyuki Ueda, um dos quatro criadores do projeto vencedor. Para ele, a evolução da tecnologia vai levar à diminuição da corrupção. “Cada vez mais estão sendo criadas ferramentas, como inteligência artificial, que vão levar a um uso correto da verba pública.”

LUZ E TREVAS

Como fiscalização e transparência nunca são demais, o projeto de resolução (PR) 10/2017, assinado pelos vereadores Antonio Donato (PT),

TECNOLOGIA • Hack in Sampa reuniu jovens na CMSP para criar aplicativos de fiscalização



PREMIADOS • Equipe Quebrando Barreiras, vencedora da 1ª Hack in Sampa, recebe premiação

Celso Jatene (PR), Fernando Holiday (DEM), Janaína Lima (Novo), José Police Neto (PSD), Souza Santos (PRB), Reis (PT), Rinaldi Digi-lho (PRB), Ricardo Nunes (PMDB) e Zé Turin (PHS), prevê a criação de uma comissão permanente na CMSP destinada a “controlar os atos do Poder Executivo”. Não é uma ideia nova: a existência da comissão já era prevista pela Lei Orgânica do Município, sancionada em 1991, mas ainda não saiu do papel.

A comissão prevista no projeto servirá para fiscalizar tanto as ações da Prefeitura como as dos órgãos da administração indireta, como autarquias, fundações e empresas públicas. “O papel fiscalizador do vereador ganha uma relevância muito além de situação e oposição ao governo. O Legislativo se torna o órgão de *compliance* da sociedade”, afirma Janaína Lima, usando um termo comum no meio corporati-

vo para se referir a fiscalização e garantia do cumprimento de regras.

Para a vereadora, a comissão servirá para aprimorar a eficácia no funcionamento da máquina pública e, com isso, combater todos os tipos de mau uso dos recursos. “A busca da eficiência e o combate à corrupção andam juntas. Uma boa gestão não abre espaço para a ineficiência, nem para a corrupção”, declara. “O grande problema do Brasil é a má gestão”, diz.

Vereadora de primeiro mandato, Janaína Lima acredita que o País passa por um movimento de transformação, em que as pessoas passam a olhar mais de perto para a vida pública e lutar por mudanças. “Por muito tempo a política deixou de ser um assunto da vida do cidadão comum. Hoje as pessoas estão interessadas e isso significa o começo da mudança”, aponta. E faz uma comparação. “É como uma frase que ouvi: ‘não tem

como ver a luz se você nem sabe que está escuro’. Agora que nos demos conta de como estamos na escuridão é que podemos finalmente caminhar em direção à luz.”

SAIBA MAIS

Sites

Portal Transparência da Prefeitura de São Paulo.

<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br>

Transparência Brasil.

www.transparencia.org.br

Transparency International.

www.transparency.org

Tese de doutorado

O combate à corrupção: a contribuição do direito econômico.

Leopoldo Ubiratan Carreira Pagotto.

Faculdade de Direito da USP, 2010.

Disponível em <http://www.teses.usp.br>

Livro

Corrupção: ensaios e críticas.

Vários autores. UFMG, 2010.

Ponto de recomeço

Câmara analisa políticas públicas voltadas aos refugiados e imigrantes que buscam uma vida melhor em São Paulo

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Colaborou **Renata Oliveira** | renataoliveira-cci3est@camara.sp.gov.br

Vindos de todas as partes do mundo, há muito tempo os estrangeiros chegam à cidade de São Paulo para ficar, deixando sua cultura e seus descendentes. O fluxo não para. A Missão Paz, entidade ligada à Igreja Católica que ajuda estrangeiros recém-chegados, atendeu 2.215 pessoas no primeiro semestre deste ano. Em 2016, foram 8.376 atendimentos (4.410 no primeiro semestre); em 2015, 6.929. Segundo a Polícia Federal, atualmente cerca de 400 mil estrangeiros vivem no Município. Mas o número pode ser maior, pois muitos vêm de forma clandestina.

Esse contingente pode ser de imigrantes, de pessoas que saíram do país onde viviam por decisão própria, ou de refugiados, que tiveram de deixar sua terra porque corriam riscos. Esses últimos podem ser vítimas de conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos ou de perseguições motivadas por questões ligadas a raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais.

NOVOS ARES
Anas Obaid fugiu da guerra na Síria e agora tem uma loja na Mooca



Mônica Nakajima/Adus

OPORTUNIDADES • Estrangeiros de várias nacionalidades participam de feira para vender produtos típicos

Apesar de São Paulo ser uma cidade de imigrantes, há pessoas que não veem com bons olhos os recém-chegados, que acabam lidando com ignorância, preconceito, desrespeito e até violência física. De acordo com a secretária-geral da União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), Roselaure Jeanty, os imigrantes e refugiados, mesmo com diploma de cursos superior, só conseguem emprego na faxina ou na construção civil. Segundo a haitiana, os recém-chegados são explorados principalmente por não falar português e não conhecer as leis trabalhistas. “Estamos no século 21, mas essas

situações degradantes lembram o tempo da senzala”, denunciou Jeanty, que vive no Brasil há quatro anos.

Para investigar situações como essas, a CMSP instalou em 1º de fevereiro deste ano uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar a política de migração e medidas necessárias para o seu aperfeiçoamento. “Nossa cidade foi formada por imigrantes, recebê-los bem é fundamental”, afirma à **Apertes** o vereador Eduardo Suplicy (PT), que propôs a criação da comissão e foi eleito seu presidente.

Em quatro meses, os vereadores da CPI trataram de diversos temas

relacionados aos estrangeiros e fizeram uma visita à feira boliviana, realizada aos domingos na Rua Coimbra, no Brás. A Comissão também ouviu representantes da Prefeitura e de organizações que trabalham no acolhimento dos imigrantes e refugiados.

AULAS NO KARAOKÊ

Um dos refugiados no Brasil é Anas Obaid, sírio de 30 anos que chegou ao País em 2015 e já se sente paulistano. “São Paulo é minha cidade, já sei andar nela”, conta, orgulhoso. Sua jornada começou em Damasco, capital da Síria, onde estudava Jornalismo e trabalhava em uma TV do governo.

esforço deu certo e ele já fala bem a língua, com sotaque árabe.

Atualmente, Obaid tem uma pequena loja em uma galeria na Rua da Mooca, no bairro Mooca, onde vende produtos sírios, como perfumes (que ele mesmo fabrica), kefiés (lenços árabes tradicionais) e bolsas de couro.

Nem todos, porém, são tão bem recebidos na nova terra. O diretor-presidente do Instituto de Reintegração do Refugiado (Adus), Marcelo Haydu, conta que alguns brasileiros não gostam dos estrangeiros por falta de informação e se baseiam nos estereótipos. “Se o imigrante vier de um país de origem muçulmana, acham que é terrorista; se vier da África, é traficante de

drogas”, afirma Haydu à **Apertes**. “É o contrário, os refugiados estão fugindo dos terroristas e dos traficantes”, ressalta. “Infelizmente, há muito preconceito.”

O diretor destaca que os refugiados não são criminosos. Uma das condições para que uma pessoa tenha seu pedido de refúgio reconhecido no Brasil é não ter cometido crime em seu país de origem ou em qualquer outro local, esclarece. Segundo Haydu, uma das formas de diminuir a violência é acabar com o preconceito e com a desinformação. Por isso, o Adus tenta mostrar aos brasileiros a cultura dos estrangeiros. O instituto oferece aulas de árabe, francês e espanhol, além de cursos de gastronomia com pratos

SENZALA

A haitiana Roselaure Jeanty denunciou que estrangeiros são tratados como escravos no Brasil



Ricardo Rocha/CMSP

típicos dos outros países, e utiliza os imigrantes como professores.

Para inserir o estrangeiro na sociedade brasileira, o instituto promove aulas de português, cursos de qualificação profissional, palestras sobre empreendedorismo, feiras de artesanato, apoio psicológico, campeonatos de futebol e outras atividades.

POLÍTICAS PÚBLICAS

São Paulo foi a primeira cidade brasileira a ter uma política específica para a questão dos estrangeiros. Em 2016, a Câmara Municipal aprovou um projeto enviado pelo Executivo e instituiu a Política Municipal para a População Imigrante. Seus principais objetivos são garantir ao imigrante o acesso a direitos sociais e aos serviços públicos; promover o respeito à diversidade e à interculturalidade; impedir violações de direitos; fomentar a participação social e desenvolver ações coordenadas com a sociedade civil.

A CPI da Migração foi criada para ajudar a analisar como essa política

ABRANGÊNCIA

“O relatório contempla todas as situações apresentadas à CPI”, afirma Fabio Riva



Equipe de Eventos/CMSP



Antônia Souza/Adus

VITÓRIA • Seleção de refugiados do Congo foi campeã no 3º Campeonato Multicultural, promovido pelo Adus

está sendo implementada e levantar mais informações sobre a situação dos imigrantes e dos refugiados na cidade. Para Suplicy, foi uma comissão diferente das demais CPIs, que geralmente começam a partir de uma denúncia. “Queríamos saber como estão vivendo os imigrantes e refugiados e como podemos ajudá-los”, afirma o vereador.

O padre Paolo Parise, um dos coordenadores da Missão Paz, criticou a falta de medidas que ajudem os estrangeiros quando eles deixam as casas de acolhimento. “Faltam políticas para que possam arrumar moradia digna, abrir conta bancária, ter um emprego decente e aprender a língua portuguesa”, apontou durante uma sessão da CPI.

A questão bancária também foi destacada pelos integrantes da comissão. Como os imigrantes e refugiados têm dificuldades em

abrir contas, guardam o dinheiro que conseguem em casa, chamando a atenção de bandidos. Suplicy se lembrou de um caso de 2013, quando ladrões invadiram a residência de uma família boliviana e mataram, com um tiro na cabeça, o menino Brayan Yanarico Capcha, de 5 anos, porque ele, assustado, chorava no colo da mãe.

A burocracia para conseguir a validação dos diplomas de curso superior é outro entrave muito prejudicial aos imigrantes, que têm dificuldades em conseguir emprego para os quais estão preparados. “Faço uma apelo às faculdades paulistanas para que se esforcem em validar os diplomas estrangeiros”, diz Suplicy.

Na avaliação do relator da CPI da Migração, vereador Fabio Riva (PSDB), após quase cinco meses de reuniões foi possível chegar a um

consenso, com propostas amplas e que abrangem praticamente todas as necessidades apresentadas. Ele defende que haja uma acolhida melhor aos estrangeiros e mais inserção na sociedade. “A cidade como um rico espaço de convivência e interação é estimulante para todos nós”, justifica.

A boliviana Mônica Rodriguez, no Brasil há 13 anos, gostou do relatório. Em entrevista ao portal da CMSP, ela reconhece que “no papel, está ótimo”, porém ressalta que “nós, imigrantes, temos de acompanhar e cobrar”. “Espero que a CPI seja o primeiro passo”, diz Rodriguez.

Enquanto as soluções não chegam, os estrangeiros vão levando a vida, conhecendo os hábitos da cidade e se tornando paulistanos. Quando indagado se pretendia voltar para



Equipe de Eventos/CMSP

BEM-VINDOS • Suplicy: “nossa cidade foi formada por imigrantes, recebê-los bem é fundamental”

a Síria quando a guerra civil acabar, Anas Obaid sorri: “só para visitar. Gosto muito do Brasil e dos brasileiros, que têm um coração maravilhoso”. Para ele, “é como se fossem dois amores: a Síria é minha mãe e o Brasil, minha esposa”. 

PRINCIPAIS PROPOSTAS DA CPI

- Parcerias com órgãos estaduais, federais e com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur)
- Rede de acolhimento, valorização e integração dos imigrantes
- Acesso dos refugiados ao Sistema Único de Saúde (SUS)
- Qualificação dos profissionais da rede pública para atender os imigrantes
- Centros de convivência para imigrantes em situação de rua
- Mapeamento dos serviços e locais mais acessados pela população imigrante
- Formalização da situação bancária
- Combate à violência contra mulheres
- Espaços de recreação e lazer para a integração sociocultural
- Regulamentação das feiras de artesanato
- Mais cursos de português
- Menos burocracia para validação de diplomas

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eduardo Suplicy (PT)

Vice-presidente: Fernando Holiday (DEM)

Relator: Fabio Riva (PSDB)

Demais membros: Caio Miranda Carneiro (PSB), Gilberto Nascimento (PSC), Noemi Nonato (PR) e Soninha (PPS)

SAIBA MAIS

Documento

Relatório da CPI da Política de Migração. www.camara.sp.gov.br/comissao/comissoes-encerradas/cpi-da-politica-de-migracao

Sites

Instituto de Reintegração do Refugiado (Adus). www.adus.org.br
Missão Paz. www.missaonspaz.org
Coordenação de Políticas para Migrantes da Prefeitura de São Paulo. www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes

Reportagem

Fábricas de suor e sofrimento. Gisele Machado, 2017, *Apartes*. Disponível em www.camara.sp.gov.br/apartes – Edição 24

O restinho de mata da Avenida

Parque Trianon, que desde 1892 garante área verde em uma das regiões mais movimentadas de São Paulo, precisou da ajuda da Câmara para não ser fechado

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br



INTERNACIONAL • Paisagistas de três países deixaram suas marcas no Parque Trianon

Quem hoje passa pelo Parque Trianon, um pedaço de mata nativa em plena Avenida Paulista, um dos centros financeiros mais importantes da capital paulista, talvez não saiba que o local quase foi fechado ao público e teve grande parte de suas árvores cortadas para se transformar num reservatório de água. Os responsáveis por impedir a ação, proposta pelo governo do Estado, foram os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).

Em 1914, época em que ecologia e aquecimento global ainda não eram grandes preocupações, os vereadores Ernesto Goulart Penteado, Raphael Archanjo Gurgel e Antonio Baptista da Costa, membros da Comissão de Obras da Câmara, emitiram parecer contrário à transformação do parque alegando que “o clima de hoje não é mais o de outrora” e “não há quem ignore os males ocasionados pela

devastação das matas nos arredores da capital”. Constatavam, ainda, que “as águas têm diminuído a olhos vistos, a salubridade (condições de saúde) pública tem sofrido com esse mau hábito da destruição das matas”.

Com essas justificativas, recusaram, o pedido da Repartição de Águas e Esgotos, órgão da administração estadual, que havia solicitado construir um reservatório de água no parque, uma área de 4,86 hectares (48.600 m²) coberta com árvores da mata atlântica, na avenida que já era um dos pontos mais elegantes da cidade.

Outra comissão da Câmara, a de Finanças, composta pelos vereadores Sampaio Vianna, Oscar Porto e Mario do Amaral, apoiou a decisão da Comissão de Obras. A construção do reservatório exigiria a devastação de uma grande parte da mata e, para conservar a limpeza da água, o parque teria de ser interditado ao público, o que dificultaria

ARTE • O fauno, de Victor Brecheret, é uma das esculturas que podem ser vistas entre as árvores



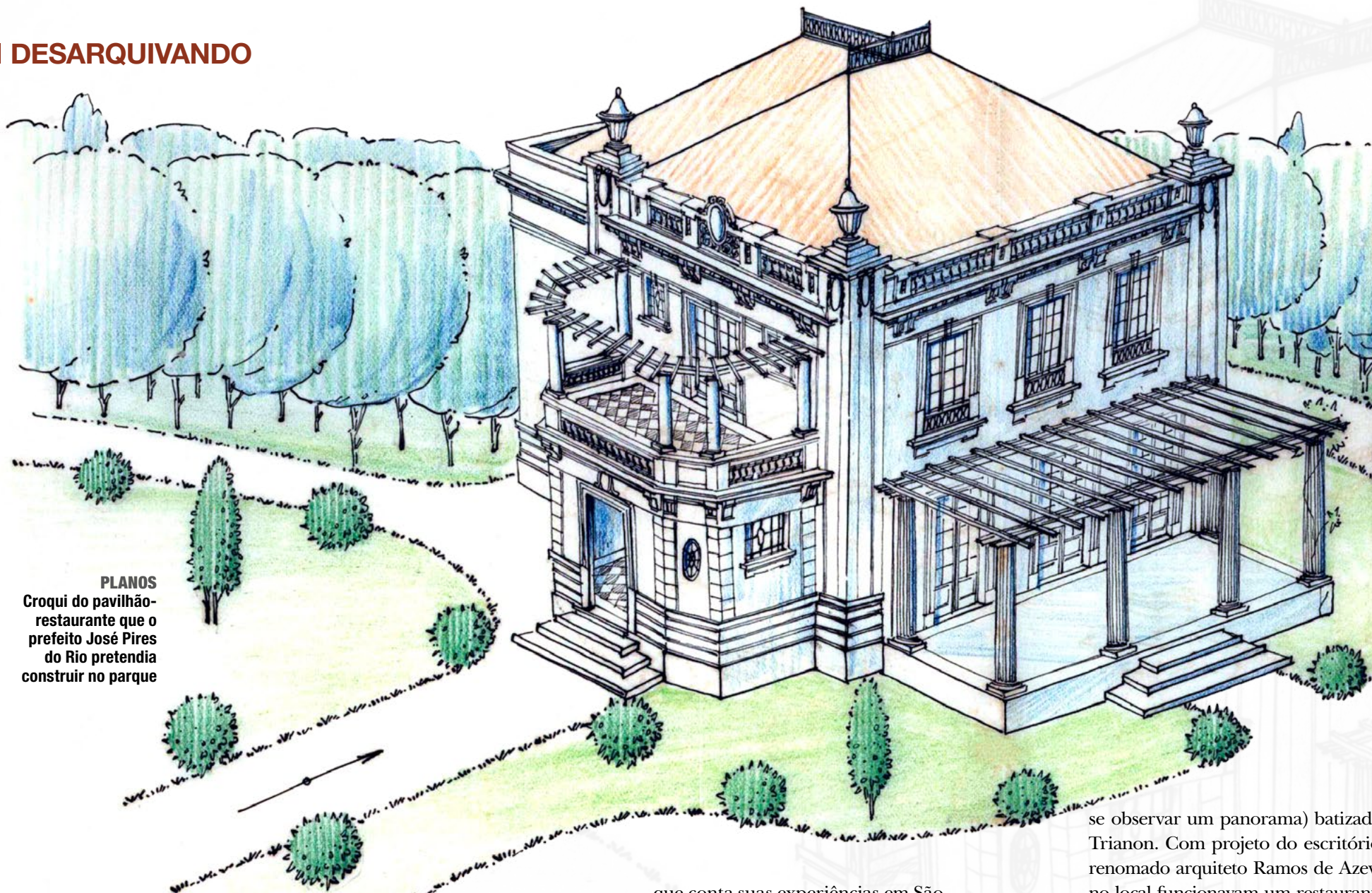
seu gozo” pela população, segundo os parlamentares. No mesmo texto, lembram que o local foi criado para “suprir a falta de um parque que servisse de recreio à população daquela zona alta na cidade”.

Os membros da Comissão também sugeriram à Prefeitura que fosse construída uma “rústica ponte” entre as duas quadras do parque, separadas pela Alameda Santos, e colocassem em volta do parque cercas-vivas de roseiras e pés de café.

Quando os vereadores partiram em defesa das árvores, o parque já existia havia 22 anos. O empresário

uruguaio Joaquim Eugênio de Lima, responsável pela abertura da Avenida Paulista, ficou impressionado com a beleza da vegetação, no meio da nova via, e decidiu construir um parque. O nome do local escolhido indicava sua principal característica: Alto do Caaguaçu, que na língua tupi significa “mata grande”.

O empreendedor contratou o paisagista francês Paul Villon, responsável por jardins do Palácio do Catete, então sede da Presidência da República, no Rio de Janeiro, e por praças em Belo Horizonte. Por isso, durante seus primeiros anos,



PLANOS
Croqui do pavilhão-
restaurante que o
prefeito José Pires
do Rio pretendia
construir no parque

o local era conhecido como Parque Villon ou Parque da Paulista. “Fiz o que pude para abrir esta avenida e conservar este belo parque”, orgulhava-se Joaquim Eugênio de Lima.

O parque foi aberto ao público em 3 de abril de 1892, um ano após a inauguração da Avenida Paulista. Três dias depois, o jornal *O Estado de S. Paulo* recomendava: “àqueles que ainda não visitaram o belo lugar, aconselhamos que o façam, cer-

tos de que empregarão seu tempo num passeio delicioso”.

Entretanto, em 1918 o arquiteto inglês Barry Parker, que estava na cidade a serviço da Companhia City para urbanizar um bairro em construção na zona oeste, o Jardim América, fazia críticas. “Esse parque não era mais do que um pedaço de floresta primitiva em sua glória natural, com exceção de algumas trilhas sinuosas que foram dispostas entre as árvores”, diz no livro *Two Years in Brazil* (Dois Anos no Brasil), em

que conta suas experiências em São Paulo. Segundo Parker, o local praticamente não era utilizado pelo público, sendo possível “passar e repassar por ele na Avenida Paulista sem sequer se aperceber de sua existência”.

DECORAÇÃO DA PAULISTA

Em frente ao parque, do outro lado da Avenida Paulista, onde hoje está o Museu de Arte de São Paulo (Masp), era possível ter uma vista do Vale do Riacho Saracura (canalizado nos anos 1920 para a construção da Avenida Nove de Julho) e do Centro da cidade. Naquele mirante, em 1916, foi erguido um belvedere (construção para

se observar um panorama) batizado de Trianon. Com projeto do escritório do renomado arquiteto Ramos de Azevedo, no local funcionavam um restaurante de luxo, uma confeitaria, espaços para festas e uma escola de dança de salão para moças e rapazes.

O Belvedere Trianon tornou-se um dos pontos de encontro da elite política, econômica e intelectual da cidade. O sucesso foi tanto que o parque à sua frente passou a ser conhecido como Parque do Trianon e, depois, simplesmente Parque Trianon.

A Prefeitura de São Paulo, com apoio da CMSP, comprou em 1911 o parque e contratou Barry Parker para reformá-lo. Segundo o urbanista, era necessário um esquema que combinasse o local ao Belvedere Trianon, em uma composição arquitetônica que abrisse o parque

e o tornasse “utilizável sem destruir nada de sua beleza natural” e ainda fizesse dele e do belvedere “a decoração para a Avenida Paulista”.

Durante a reforma, Parker construiu uma pérgula (traves horizontais que servem de suporte a trepadeiras) na entrada para combinar com o belvedere do outro lado da Avenida Paulista e derrubou árvores. O corte foi necessário para que quem estivesse no parque pudesse ver melhor o bairro Jardim América, justificou o arquiteto.

A medida foi muito criticada pela imprensa. “Para que se cortam árvores e arbustos no lindíssimo bosque, único verdadeiramente rústico da cidade? Será para alindá-lo transformando-o num jardim inglês?”, questionou um cronista do jornal *O Estado de S. Paulo*, que assinava apenas a letra P. Ele acu-

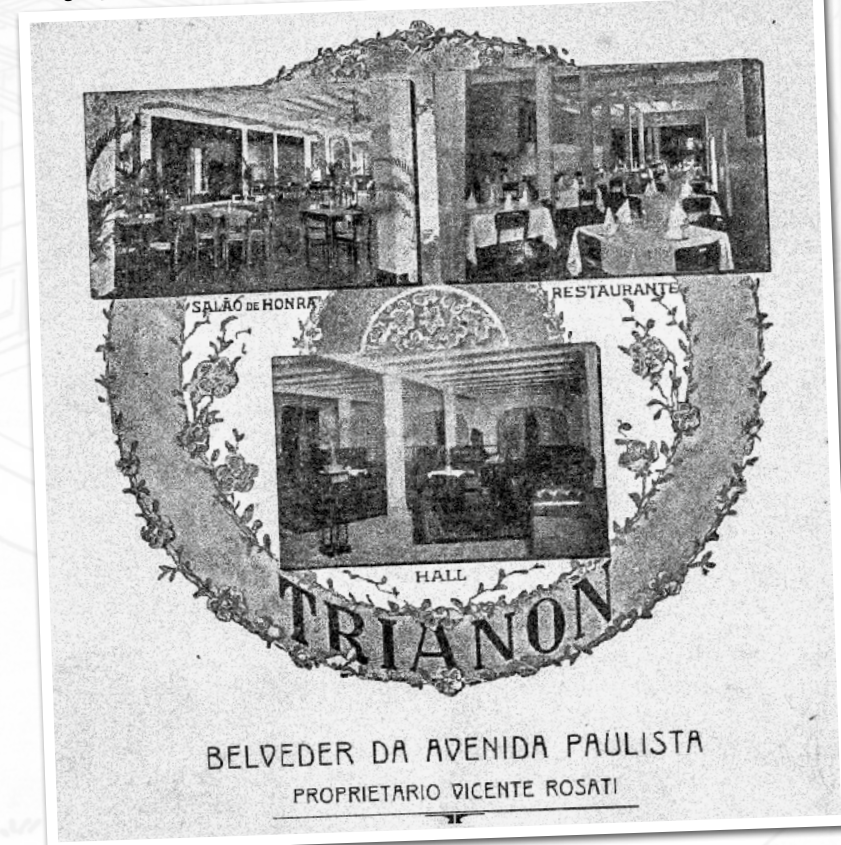
sou a Prefeitura de estar cometendo um “atentado de lesa-natureza”.

A arquiteta Silvia Ferreira Santos Wolff esclarece, no livro *Jardim América*, que Parker apenas procurou “domar a natureza, cuja magnitude o impressionou, de forma a configurar a área natural como um elemento urbanístico”. Segundo ela, o corte de árvores também procurava dotar a mata de caminhos que permitissem a circulação entre a vegetação, expressando a ideia de intervenção própria aos ambientes urbanos planejados.

ÚLTIMOS AJUSTES

Certamente influenciado pelo sucesso do restaurante do Belvedere Trianon, o prefeito de São Paulo, José Pires do Rio, enviou para a CMSP, em 1928, um ofício solicitando verba para a

REQUINTE
O logotipo do Belvedere Trianon mostrava o luxo que atraía a elite paulistana





Arte: Julia Gemignani/CMSP

História do Parque

1891
Avenida Paulista é inaugurada

1892
O Parque da Avenida, projetado pelo paisagista francês Paul Villon, é aberto

1911
A cidade compra o parque e o terreno em frente

1914
CMSP impede derrubada de árvores para construção de reservatório de água

1916
O Belvedere Trianon, do outro lado da Paulista, começa a funcionar e empresta seu nome ao parque

1919
Urbanista inglês Barry Parker promove reformas nos jardins

1931
Parque recebe nome oficial: Tenente Siqueira Campos

1953
Sede do Belvedere Trianon é demolida

1968
O paisagista brasileiro Burle Marx faz melhorias no Trianon

construção de um pavilhão-restaurante no parque do Trianon, na quadra entre a Alameda Santos e a Jaú. A Prefeitura anexou ao pedido plantas do projeto, realizado pelo escritório de engenharia e arquitetura Dacio A. de Moraes. Também foi incluído um orçamento, com o custo de cada etapa das obras. Todos esses documentos estão no Arquivo Geral da CMSP. Não foram encontrados registros de que a obra tenha saído do papel.

Em 1931, o local recebeu oficialmente seu nome atual: Parque Tenente Siqueira Campos, em homenagem a um dos líderes do movimento tenentista, tendo participado da Revolta do Forte de Copacabana, da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes. O tenente Antônio de Siqueira Campos, paulista de Rio Cla-

ro, havia morrido em 10 de maio de 1930 em um acidente aéreo quando voava de Buenos Aires para São Paulo. O nome, contudo, nunca pegou. Tanto que a estação de metrô perto do parque se chama Trianon-Masp.

O parque passou por mais uma reforma em 1968, quando o prefeito Faria Lima contratou o paisagista Roberto Burle Marx e o arquiteto Clóvis Olga para que fizessem melhorias no local. Eles substituíram a ponte de madeira que ligava as duas quadras do parque, separadas pela Alameda Santos, por outra de concreto, alargaram as alamedas internas e as pavimentaram com pedras portuguesas em forma de mosaico.

Hoje, além da mata, os visitantes podem ver animais, principalmente pássaros, e obras de arte, como a es-

cultura *O fauno*, de Victor Brecheret, e *Aretusa*, de Francisco Leopoldo Silva. O Parque Trianon fica aberto todos os dias, das 6h às 18h.

SAIBA MAIS

Livros

Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura. Silvia Ferreira Santos Wolff (Edusp, 2001).

Avenida Paulista: a síntese da metrópole. Vito D'Alessio (Dialeto, 2002).

Avenida Paulista: imagens da metrópole. Maria Margarida Cavalcanti Limena (Educ, 1996).

Reportagem

Cidade Viva - Parque Trianon. Nayara Costa (TV Câmara, 2017).

Disponível em www.camara.sp.gov.br/tvcamarasp/programa/cidade-viva.



Ajuda

No incêndio do Joelma, em 1974, o prédio da Câmara foi usado como hospital para feridos



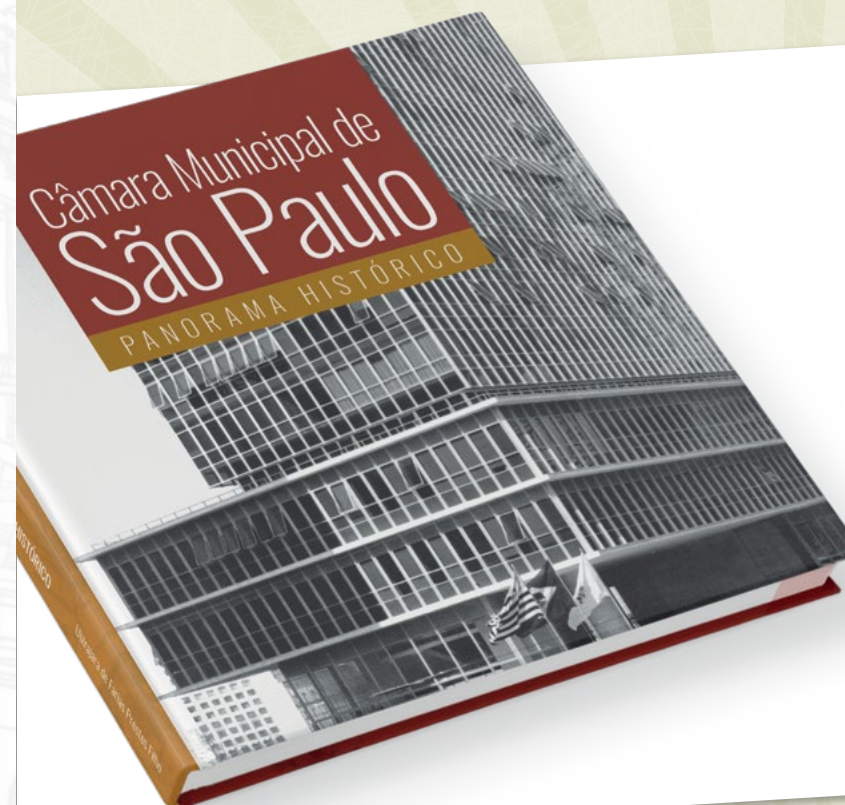
Poderosos

Entre os séculos 16 e 18, vereadores tinham poder para assinar tratados internacionais, decretar o valor da moeda e até declarar guerra



Lugar estranho

A CMSP já funcionou em cima de uma cadeia e de um açougue, em 1720



Conheça a história e outras curiosidades da Câmara de Vereadores

camara.sp.gov.br/memoria



Baixe gratuitamente a versão digital do livro



Presidentes

Dois vereadores chegaram à Presidência da República: Washington Luís e Jânio Quadros



Perseguidos

Entre 1937 e 1969, 42 vereadores foram cassados por ações autoritárias: mandatos foram restituídos simbolicamente em 2013



Bandeirantes

Raposo Tavares e Fernão Dias Paes, o Caçador de Esmeraldas, foram vereadores no século 17



Ditadura

Como outros legislativos, a CMSP foi fechada por dez anos, entre 1937 e 1947, pelo governo Getúlio Vargas

Quer receber a **revista Apartes** em casa, gratuitamente?



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Basta acessar
www.camara.sp.gov.br/apartes
e preencher o cadastro.

apartes
Revista da Câmara Municipal de São Paulo